

6ª Reunião Ordinária CMJ Almada - 17 de fevereiro de 2023

Pelas dezoito horas e trinta minutos do dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e três, deu-se início à sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juventude de Almada (CMJ).

O Presidente do CMJ, Vereador Filipe Pacheco, começou por informar que a reunião estava convocada para as 6h, e a informação que tinha era de que não havia quórum a essa hora, e portanto, houve a necessidade de reunir em segunda convocatória às dezoito horas e trinta minutos.

Deu-se início à reunião, com o Presidente do CMJ a fazer a chamada dos conselheiros presentes e tomar nota de quem necessitava de tomar posse:

Com direito a voto:

Associação Kalé Heritage – Mário Amaro

Multiplicar Opiniões Associação - Cátia Godoroja

anTUNiA – Rui André

Inspiritus Tuna – Sara Cantiga (tomou posse)

Tintuna – Dário Monteiro (tomou posse)

JCP – Juventude Comunista Portuguesa – João Carvalho (tomou posse)

JS - Juventude Socialista – Bernardo Albano

JSD – Juventude Social Democrático – Carina Ferreira

AE-FCT – Debora Torres (tomou posse)

AE Escola Profissional Jean Piaget de Almada – Rodrigo Andrade

Sem direito a voto:

Bloco de Esquerda – Karim Quintino

PAN – Pessoas Animais e Natureza – Joana Barbosa (tomou posse)

Partido Popular (CDS-PP) – Irina Ludovico

Uma vez que já existe quórum, deu-se início à reunião, começando pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, que é que a tomada de posse dos conselheiros.

Deu continuidade o Presidente do CMJ, passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos que é a eleição do novo secretário da Mesa do Conselho Municipal de Juventude, portanto, só estava a secretariar a Cátia e o Vereador perguntou se existe algum membro que se ofereça para ajudar a secretariar a mesa. Informou que o secretariado é apenas uma questão meramente formal e perguntou se alguém que se oferecia o secretário. O Rodrigo Andrade oferece-se para ser secretário, passando à votação através de voto secreto. A eleição do Rodrigo Andrade foi aprovada por maioria. Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos que é leitura e votação da ata da reunião anterior realizada a doze de dezembro, ninguém se opondo, passou-se à votação, com duas abstenções, e os restantes a votar a favor, estando a ata aprovada por maioria.

O Presidente do CMJ deu continuidade à reunião informando que temos aqui mais dois pontos na nossa ordem de trabalhos, um deles é informações e o outro é aqui um assunto que já tinha sido abordado numa anterior reunião do Conselho Municipal de Juventude, em que houve o compromisso de fazer aqui uma reunião específica deste Conselho Municipal de Juventude para discussão da Educação no concelho de Almada. Aqui está esse compromisso a ser concretizado, temos aqui como ponto central, a Educação. Sugeriu uma pequena inversão dos pontos da ordem de trabalhos, até porque estavam presentes a nossa Vice-Presidente da Câmara Municipal, que tem também o pelouro da Educação, Vereadora Teodolinda Silveira e também o Diretor de Departamento de Educação, Pedro Lara, para nos acompanharem aqui hoje nesta reunião e nesse tema. Propunha, se ninguém se opuser, que o próximo ponto fosse já o da educação no concelho de Almada e passássemos o ponto de informações para o último, para depois libertarmos a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Diretor de Departamento dessas informações. Ninguém se opondo, eu passava já à discussão da Educação no concelho de Almada. Dizendo como eu referia, que este foi um compromisso, aliás, este foi um tema que foi trazido há duas reuniões do Conselho Municipal de Juventude atrás, em que se deu a sugestão, e houve quase uma unanimidade, que deveria ser um tema a ser discutido aqui neste conselho e sem prejuízo de toda a discussão e troca de opiniões que possa existir, foi uma das conclusões dessa reunião. Convidava a nossa Vice-Presidente que tem o pelouro a fazer uma breve apresentação daquilo que são os temas que estão na ordem do dia na área da educação. Por exemplo, num contexto em que, atualmente, temos um processo de transferência de competências da administração central para a autarquia, concretamente na área da educação, temos também outros temas e depois, obviamente, abrimos o assunto à discussão de todos os conselheiros. Sem mais demoras, eu passava a palavra à nossa Vice-Presidente

Vereadora Teodolinda: Boa tarde a todos. Pois eu respondi com muita satisfação ao pedido que o Vereador Filipe Pacheco nos fez. Não sei quais são as vossas preocupações, e terão oportunidade de dizer, podem ser só questões, podem não ser preocupações relativamente à educação. Mas pensei que até para poder suscitar a discussão, poderia apresentar de uma forma muito breve o ponto de situação relativamente à transferência de competências na educação. E porque é que eu acho que é importante? Porque ao vulgar cidadão que não está todos os dias imbuído no trabalho nesta matéria, às vezes têm uma perceção, um bocadinho diferente, daquilo que são as competências que foram transferidas daquelas que não foram. O que é que fica com o município, e o que é que não fica. O que leva também a um bocadinho de egoísmo meu aqui, que é quanto mais informação houver desta matéria, menos serão as questões que nos chegam todos os dias que não têm nada a ver com o município. Damos esta informação a todos vocês para que depois possa ser difundida. Ajuda também a escolher, a quem tem alguma reclamação a fazer, qual o destinatário certo. Nós todos os dias

recebemos de facto, questões, perguntas, reclamações, coisas que sendo da educação não têm nada a ver com o município. Eu clarificaria aqui qual foi o âmbito da transferência de competências, depois poderia passar ao Dr. Pedro Lara que falará sobre dois ou três instrumentos que estamos a construir e que tem a ver com escolas e associações, também vos interessa. Depois vocês ficam com tempo para fazer as perguntas que assim entenderem. Em termos de transferência de competências, desde o dia 4 de abril, que foi a data marcada para a transferência de competências na área da educação, o município de Almada recebeu três grandes itens de transferências. Recebeu a competência em tudo o que são infraestruturas, escolas do concelho. O município já era responsável pelas escolas do pré-escolar e do primeiro ciclo, sendo que as escolas do 5º ano até ao 12º nada tinham a ver com o município. A partir de dia 4 de abril, todas essas infraestruturas, todas as escolas do concelho, passaram a ser da responsabilidade do município (a sua gestão e manutenção), e passaram todos os recursos humanos (assistentes operacionais e assistentes técnicos), tirando aqui tudo o que são professores e técnicos superiores, que não são da responsabilidade do município. Portanto o município tem apenas responsabilidade sobre tudo o que são os trabalhadores, não docentes das escolas. Também já eram nossos os do pré-escolar e que são do quadro da Câmara, e passámos a ter no quadro da Câmara todos os trabalhadores não docentes das escolas. Houve necessidade de no mês de abril, incorporar no quadro do município cerca de novecentos trabalhadores que estavam ao serviço das escolas do quinto ao décimo segundo ano e que, a partir dessa data, passaram a ser do quadro do município. Integrados no quadro, que tinha cerca de dois mil trabalhadores e que ficou com quase cerca de três mil, com todos estes trabalhadores que vieram, ganhando todos o estatuto de trabalhador do município, tendo tido aqui algumas mais valias, que os trabalhadores do município tinham relativamente aos trabalhadores da administração central, nomeadamente os trabalhadores das escolas. Portanto, estes foram os dois grandes grupos de questões, infraestruturas e recursos humanos e o terceiro com a gestão daquilo que é conhecido por a escola a tempo inteiro. O que é que a escola a tempo inteiro? A escola a tempo inteiro é uma coisa que já vem de trás e que tem a ver com três vertentes: as atividades de animação e apoio à família no pré-escolar. Essas já eram da competência do município. E a componente de apoio à família no primeiro ciclo, relacionada com as atividades de enriquecimento curricular, que eram da responsabilidade do Ministério da Educação até ao dia quatro de abril. Digamos que depois na prática, foi até ao final do ano letivo que acabou e agora este ano letivo, todo este conjunto de atividades de apoio à família, e por isso se chama uma escola a tempo inteiro, porque ela complementa os tempos letivos das escolas, que passaram a ser da gestão completa do município, gerida de uma forma mais articulada. Nós procurámos no primeiro ano, e com todo este movimento protocolar com associações de pais e com os agrupamentos de escola, para que isto começasse a ter uma maior homogeneidade. Por exemplo, pedagogicamente o município não tem nada a ver com as escolas. O município não tem nada a ver com a gestão dos professores, não tem nada a ver com os currículos dos alunos, contudo isto é a matéria mais diretamente ligada à aprendizagem, e não tem em sítio nenhum, nem no pré-escolar nem no primeiro ciclo, no ensino secundário, portanto, é uma vertente que ainda está no âmbito do Ministério da Educação, que tem as diretivas curriculares, de faz todo o acompanhamento dos professores, etc. Portanto, nada temos a ver com isso. Dizer-vos que dentro deste conjunto de coisas, matérias que nos foram transportadas, portanto, para as competências do município, não está, de facto, as questões pedagógicas e da aprendizagem. O Município entende que se não tem responsabilidade, nem quer, de maneira nenhuma mandar nas escolas nesta matéria, tem a noção de que pode e deve criar condições, para que também nessa matéria, as coisas possam correr o melhor possível. Por isso mesmo, estamos a

construir um o Plano Educativo Municipal. Havemos de trazer aqui, quando estiver mais ou menos para ser discutido. Porquê? Porque entendemos que o município pode ter objetivos para os seus munícipes, e achar que era bom que os seus munícipes na saída da escolaridade obrigatória tivessem determinado tipo de competências de formação. Isto é uma valência complementar, não obrigatória, é a vontade do município de criar condições para que tudo o que se refere, e tudo o que se organiza com competências dos alunos, seja do pré-escolar ao décimo segundo ano, possa correr o melhor possível e o município possa apoiar e ajudar a que corra o melhor possível. Neste quadro, estamos a construir três instrumentos, que nos parecem fundamentais, um que é da nossa responsabilidade, que é chamada carta educativa. O que é a carta educativa? É um documento que analisa de x em x anos, o concelho. Vocês sabem, quem é de Almada, sabe tão bem como eu, que há quinze anos o concelho de Almada não tinha nada a ver que é hoje. Na carta educativa interessa prever qual é a evolução demográfica no concelho, para responder com escolas para essa população que ainda lá não está, mas que é previsível que venha a estar. A carta educativa vai olhar para tudo o que são os equipamentos que existem no terreno, está a olhar para tudo o que são construções que se possam prever que venham a acontecer, e olhar para as próprias que já existem, e que todos sabemos que já não estão hoje ajustadas aos equipamentos. No final do ano e no início, ouve-se sempre dizer que não há vagas em determinadas escolas, e, a população efetivamente cresceu e diminui conforme os territórios que estamos a falar. Sabemos que temos zonas de muita expansão, onde os eleitores crescem à razão de mil por ano, como é o caso da Caparica e Sobreda, onde não há velocidade de construção de equipamentos que responda plenamente às necessidades da Charneca e da Sobreda. Sabemos que em Almada, as freguesias urbanas, por força do envelhecimento da sua população, a população escolar tem vindo a diminuir, não havendo necessidade de tantos edifícios como existe por exemplo na Charneca e na Sobreda. Tudo isto tem que ser analisado, e prevê-se num período de mais ou menos de 10 anos. Temos que prever o que é que pode acontecer para que a oferta educativa esteja desequilibrada. Eu fui professora muitos anos na Charneca da Caparica, e os meus alunos vinham para Cacilhas que era a escola onde encontravam vaga. Isto é um próprio fator de insucesso, andar duas horas de autocarro diariamente, não pode ser bom para ninguém. O objetivo é exatamente este, aproximar o máximo possível, tornar os percursos menos longos possíveis em qualquer dos ciclos e, portanto, temos ciclos com maiores constrangimentos, temos zonas com maiores constrangimentos. De uma forma muito breve, dei-vos esta ideia que acredito que tenha levantado muitas dúvidas, mas agora colocam todas as questões que assim o entenderem. Depois passaria ao Dr. Pedro Lara, para vos falar mais pormenorizadamente da Carta Educativa, do projeto educativo municipal e até mesmo de uma coisa que estamos a procurar abordar este ano e que tem a ver já mais com os vossos escalões etários, que já passaram em muito o 12ºano. Tem a ver concretamente, com a oferta formativa, que é chegar ao 9º ano e ter que escolher a área. Também estamos a procurar diversificar, no sentido de procurar vias que gerem maior empregabilidade. Portanto estas três vertentes são aquelas que temos agora em mãos. Eu passaria ao Dr. Pedro Lara e perguntam e no fim faz-se as perguntas.

Dr. Pedro Lara - Departamento de Educação: Boa tarde a todos e a todas, vou fazer uma correção, nós não recebemos todas as escolas, houve três que não passaram para responsabilidade na Câmara Municipal, porque são pertença da Parque Escolar que é: a Emídio Navarro, Ruy Luís Gomes e a Secundária do Monte da Caparica. Hoje passei o dia todo fechado na Biblioteca José Saramago, exatamente num conjunto de reuniões com os agentes educativos para auscultação sobre a carta

educativa. Nós temos basicamente dois grandes documentos de planeamento estratégico, ou seja temos que pensar o futuro do município para além do amanhã e do depois de amanhã e, portanto, quando falamos em pensar estrategicamente, temos de colocar-nos numa fasquia de oito a dez anos, vai para além daquilo que é um normalmente o mandato autárquico. Estes documentos são da responsabilidade na sua utilização pelo município, mas serão documentos que terão necessariamente que obter consensos, nas comunidades educativas e na sociedade almadense sobre aquilo que se projeta para o futuro. Não é apenas um documento de gestão, digamos, meramente política, de decisão política para gerir uma situação para amanhã para depois, que se prolonga para além do mandato autárquico, tem que criar um consenso mais alargado em relação aos participantes. Começando pelo PEMA, é um documento sobre o que é que nós queremos do sistema educativo em Almada. Partindo dos documentos oficiais, partindo dos documentos que são elaborados de política educativa pelo Governo e, nomeadamente, que temos com grande referência o perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória, onde estão definidos um conjunto de competências que os alunos devem ter quando terminam a escolaridade. Quem tiver estas competências todas ou dominar estas competência todas é um Super-Homem. Em função daquilo que tenho no território, se calhar, eu preciso de alunos que trabalhem mais um conjunto de competências que outras, em função daquilo que eu antevejo que é o desenvolvimento socioeconómico do concelho. E, portanto, reparem, eu aqui torno a dizer, não é só uma questão meramente de um executivo, é uma questão de construção, de um consenso sobre o que é que eu pretendo que esses alunos, os futuros alunos, os que provavelmente agora estão a entrar no primeiro ano, tenham daqui a dez anos como competências, porque é assim que se trabalha em planeamento estratégico. É ter uma meta no futuro e trabalhar em função dessa meta, e isso significa o quê? Eu defino objetivos e a seguir de ter definidos objetivos, defino estratégias para atingir os objetivos. Isto significa opções e essas opções tem que estar de alguma forma, consensualizadas tal qual os objetivos e, portanto, o PEMA é um documento de planeamento na área da educação sobre aquilo que devem ser as competências a desenvolver nos alunos que frequentam, que vivem as escolas no concelho de Almada. E quando falo em escolas do concelho de Almada, estou a falar de escolas públicas, escolas privadas. Isto não é um documento apenas para o ensino público, isto é uma visão sobre o território, é uma visão global e, portanto, entram aqui quer os alunos do público, quer os alunos que frequentam privado. A ligação do PEMA com a carta educativa. A carta educativa é também um documento estratégico de planeamento estratégico, mas basicamente sobre a minha visão sobre o território. Eu já não estou a pensar nos alunos, estou a pensar como é que, em função do que eu defino para o objetivo do concelho, eu devo gerir o território. E também aqui eu tenho um problema, é que é um documento estratégico, não é algo que se esgote no mandato autárquico, por uma razão simples, é preciso tempo para executar entre o que eu tenho e o que eu gostaria de ter, tem que decorrer tempo. É um documento que obriga a consensos entre os diferentes agentes educativos, agentes políticos e todos aqueles que se interessam por este assunto da educação. Ela também representa de alguma forma, um complemento ao próprio PEMA, porque me vai dizer que tipo, por exemplo, de oferta formativa eu tenho no concelho. Quando eu vou definir a oferta formativa no concelho, eu vou ter que ter em conta as opções que fiz no PEMA, ando a discutir umas coisas para um lado e a fazer outras coisas para o outro, e, portanto, eu neste momento, preciso de um para ter o outro. Depois há aqui um outro documento, já agora para ficarem com o quadro completo que se chama PDM, e tudo tem cruzar no PDM, ou seja, eu não posso ter uma carta educativa com uma gestão do território, que entre em oposição, ou que seja incoerente com o PDM. Por isso é que são documentos que obrigam alguma estratégia de na sua

realização, a contactos permanente que são feitos por equipas diferentes, mas que, no fundo, tem que se dar em todos eles uma resposta no mesmo sentido, sob pena de serem completamente incoerente e cada um ler o que lhe apetece ler, e fazer o que lhe apeteceu fazer e depois ainda dizer que está de acordo com isto ou com aquilo, ou com outro e ninguém se entende nisto. Portanto, eu não tenho responsabilidades nenhum no PDM, tenho responsabilidade na condução do processo quer do PEMA, quer da carta educativa. A carta educativa está a andar a bom ritmo. E é evidente que nós temos aqui muitos desafios e a este nível aqui em Almada. E é bom que estamos aqui com os jovens, para que possam ter uma ideia do tipo de desafios que nós temos neste momento. Nós temos zonas do concelho com crescimento demográfico, como disse a Senhora Vereadora, mas que não têm equipamentos e onde a principal tarefa é construir a cidade, ou seja, o que eu tenho lá são casas e pessoas, mas falta construir a cidade, ou seja, falta ter os equipamentos que agregam as pessoas e que dão sentido à a vivência num local. E estamos a falar sobretudo naquela zona da Charneca e da Sobreda, Aroeira, por aí. Tenho outra zona para irmos aos casos limites, que está há cerca de vinte anos a perder população, que é o chamado centro histórico de Almada. E quando eu vejo a pirâmide etária daquelas freguesias, vejo quase já uma inversão completa, em que as barras mais alargadas estão cada vez mais no cimo da pirâmide, e a pirâmide tem uma base mais estreita. Qual é o problema? É que eu tenho os equipamentos todos no centro da cidade, e onde eu tenho as pessoas a viver, não tenho equipamentos. E, como ainda não se descobriu uma maneira de pôr rodinhas, por exemplo, nas escolas e levá-las pelas vias rápidas, o que é que eu tenho, onde há pessoas não tenho escolas, onde tenho escolas não tenho pessoas. E isto tem que se resolver e temos que encontrar uma solução para isto. Já agora dizer que isto também tem consequência, por exemplo, a nível da rede de transportes. Porque se não tenho equipamento num sítio, e tenho equipamento no outro, o que me obriga a ter uma rede de transportes, digamos assim, de resposta para levar as pessoas do sítio onde elas vivem para o sítio onde elas estudam ou trabalham. Nós, neste momento, introduzimos no dia dois de fevereiro, qualquer coisa que passou despercebida e quando as coisas passam despercebidas, com a dimensão que têm é uma boa notícia. Passamos de uma plataforma que geríamos para o ensino básico, para o primeiro ciclo com pré-escolar, para outra plataforma que gere todas as refeições do pré-escolar ao décimo segundo ano, uma plataforma única, criando aqui um conjunto de sinergias entre as escolas que permitiu que neste momento, afetamos cerca de vinte cinco mil utentes no concelho de Almada. Como ninguém ou quase ninguém reclamou, é porque foi excelente a forma como essa transição se fez, porque nestas alturas, geralmente caem reclamações. Foram vinte cinco mil alunos que passam de uma plataforma para outra, permitindo, por exemplo, um pai que tem um filho em dois estabelecimentos de ensino diferentes, aceder à plataforma que o mesmo login e password, pode neste momento debitar e gerir as refeições e os gastos nas escolas com imensa facilidade. E, portanto, desse ponto de vista, temos aqui uma vantagem. Esta plataforma vai-nos permitir, e estamos a trabalhar para isso, criar o cartão único do aluno em Almada que nós queremos que tenha outras valências, do que ser apenas um mero cartão de estudante. E estamos a trabalhar para garantir que esse cartão único irá ter outras valências a partir de um de setembro, de acesso a outros serviços. Aquilo que nós vamos tentar conseguir a partir de um de setembro, não seja o limite da nossa ambição, seja o início da nossa missão, ou seja, garantir a um de setembro alguns serviços para depois ir alargando essa capacidade de resposta. E, por fim, dar aqui também uma novidade é que, a partir desta plataforma, a Câmara vai assumir um papel mais ativo, nomeadamente na gestão das matrículas do pré-escolar e do primeiro ciclo, ou seja, achamos que é necessário também dar garantias de maior transparência na colocação nestes ciclos de ensino.

Vereadora Teodolinda: Eu ia dizer que agora nós demos aqui esta informação, foi sintética, levantou, com certeza algumas dúvidas, até porque foi sintética em algumas questões e vocês agora poderão colocar as questões que entenderem que a gente espera saber responder.

Vereador Filipe Pacheco: Aceitam-se inscrições, uma inscrição da Carina Ferreira, Juventude social-democrata:

Carina Ferreira - JSD: Boa noite a todos. Em primeiro lugar, face ao estado da educação, neste momento difícil, acho que vai ser acabar e não começar, mas vou tentar trazer aqui alguns aspetos mais específicos até para que haja a oportunidade de resposta. Quero também agradecer o resumo bastante elucidativo da Senhora Vereadora quanto às competências que neste momento, se encontram transferidas para o município, e é por aí que começo. Por um lado, temos a educação que está no estado em que está e que todos temos noção que existem greves a acontecer e greves prolongadas e, por outro lado, embora seja uma parte mais abrangente da educação, não posso deixar de referir e também porque temos aqui muitas instituições universitárias presentes e com forte peso no concelho, que temos dificuldades e que existem dificuldades, quer pelo aumento do custo de vida, quer pela forte custo da habitação. Acredito que muitos dos estudantes destas universidades estejam a passar um mau bocado e deixo aqui a palavra, até para aquilo que seja possível ao município fazer mais. Mas acho que o que importa e uma vez temos o benefício, o privilégio de ter aqui dois vereadores e um diretor de departamento presentes, é falar de questões mais específicas do concelho e em específico as greves que tem existido e manifestações no concelho de Almada. Por exemplo, no dia onze de janeiro na Praça São João Batista existiu uma manifestação em que as exigências eram melhores condições nas escolas do concelho e aqui penso que que caía na competência da Câmara e daí trazer esse tema, e melhorias nas carreiras dos professores, assistentes operacionais. Como a Senhora Vereadora, já teve aqui oportunidade de dizer, os professores não é um tema do município, não é uma competência que esteja transferida, mas os assistentes operacionais sim, pelo menos em parte. Ou seja, as minhas primeiras duas questões quanto às melhores condições nas escolas, temos, por exemplo, o professor Rui Foles do Agrupamento de Escolas de Monte Caparica. Já sabemos aqui que é secundário no Monte Caparica faz parte do Parque Escolar, também não está na gestão do município, mas o que este professor disse e passo a citar "Ainda hoje, os alunos estavam com cobertores dentro das salas, são condições que não são próprias para os jovens" e quanto a isto é que o município pode fazer alguma coisa e, por isso, pergunto o que é que está a ser feito. A par disso, tivemos também no dia oito de fevereiro, os professores junto aos Paços do Concelho a tentar ser recebidos pelo executivo e não conseguiram pelo menos, isto é o que está na comunicação, pode não corresponder, acredito que sim. E também acredito que o executivo não tenha oportunidade de reunir exatamente no dia em que os professores vão lá. Por isso a minha questão nem sequer é essa, a minha questão é se existe já esta preocupação no diálogo e se existe já este diálogo ou se está previsto de alguma forma. Por fim, quanto às escolas, uma vez que a grande maioria passou para o município, quero falar aqui da Escola Básica 2/3 da Trafaria que é uma das prováveis piores escolas do concelho, piores em condições, e perceber se está alguma coisa prevista para esta escola, ou se está alguma coisa pensada para esta escola? Lanço aqui a estas questões a discussão no fundo e lanço aqui o mote. Obrigada.

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado Carina Ferreira. Tem a palavra o João Carvalho da JCP.

João Carvalho - JCP: Muito obrigado. Agradecer em primeiro lugar, ter-se conseguido colocar este ponto, já depois da reunião anterior não ter sido possível e agradecer a presença dos Vereadores e do Diretor de Departamento. Eu gostava antes de ir para as questões, e para os casos concretos do município, de fazer aqui uma constatação. O município é uma entidade política, não é simplesmente uma entidade gestora dos recursos que lhe são dados. Portanto, para além das possibilidades financeiras que têm e para além das responsabilidades que à luz da lei, tem na gestão das escolas, isto antes da descentralização e agora no quadro atual, o município também tem uma responsabilidade política, perante os cidadãos e a população de exigir dos responsáveis, à semelhança de associações, à semelhança dos partidos, à semelhança de quem for, de exigir da parte de quem tem essa responsabilidade, melhorias, um ensino público em condições universais, onde não se verifiquem desigualdades entre estudantes em função da sua condição social, económica, etc. Isto para dizer que para além daquilo que o município pode fazer com os meios financeiros, técnicos e materiais que tem, existe aquilo que o município pode fazer a nível de interpelação do Governo e do Estado para as soluções que sejam necessárias neste ponto educação. Depois indo aos concretos um esclarecimento breve, antes das questões que é no quadro da descentralização e a nível do pessoal não docente, isto inclui contínuos, não é? Por exemplo funcionários de cantinas. Perguntava também se incluía a nível de psicólogos, por exemplo. Então primeiro sobre esta questão dos funcionários, nós temos verificado um conjunto de questões, um conjunto de faltas no número de funcionários, são problemas que já existiam e que diria que com a descentralização tem então até potencial para se agravar. É o caso, por exemplo, na Fernão Mendes Pinto, onde vêm notas que muitas vezes fecha a biblioteca e já chegou a fechar o bar por falta de funcionários para assegurar esse serviço. Na Anselmo de Andrade também o fecho da biblioteca, na secundária Romeu Correia estes problemas eram verificados pelo menos durante o primeiro semestre do ano letivo. Neste momento, já não sei qual é ou como será a situação. Certamente que poderão responder. E eu trazia também um outro aspeto que é o Governo assumiu um conjunto de compromissos com os municípios para efetuar a descentralização e um conjunto de aspetos legais que o Governo tinha de concretizar, para garantir precisamente o financiamento às câmaras para assegurar essas competências, muitos deles não estão feitos. A nível de transporte escolar, por exemplo, a nível do financiamento para o apetrechamento das próprias escolas. O Governo também assumiu um conjunto de compromissos no que toca a obras a fazer nas escolas. Tenho inclusive aqui aberta a lista. Em Almada são oito escolas que estão nesta lista: escola Secundária António está rotulada, como prioridade muito urgente. Gostava de saber também um ponto de situação acerca disto. Se é muito urgente, portanto, é verdade que a descentralização também é recente, mas parece-me normal que o Governo já tenha avançado com algum tipo de informação à câmara sobre o que é que está previsto neste sentido. Um outro aspeto que tem a ver com um caso concreto, após os realojamentos no segundo Torrão, na Trafaria, gostaria de perceber o ponto de situação das garantias dadas às famílias a nível de transporte escolar dos estudantes e para garantir que o enorme distúrbio que estas famílias viveram, que estes jovens viveram, o que está a ser feito no sentido de garantir o acesso à educação, aos jovens e às famílias que foram realojadas. Obrigado.

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado João. Agora o Karim Quintino do Bloco de Esquerda.

Karim Quintino - BE: Obrigado, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, sempre um prazer estar aqui nas lides políticas, como Vossas Excelências. Também cumprimentar o Dr. Pedro Lara, cumprimentar as conselheiras e os conselheiros e também as trabalhadoras e os trabalhadores da autarquia. Tenho aqui alguns apontamentos que fui tomando enquanto vos escutava, e também não poderia deixar de

começar por enaltecer a importância deste debate aqui no concelho. Nós sabemos que se tivermos um país que trata bem os seus professores, que trata bem os seus alunos, que trata bem os seus assistentes operacionais, todos os membros que compõem o sistema educativo do país, podemos evitar pôr em xeque que o futuro desse mesmo país e, portanto, eu julgo que este tipo de debates é sempre importante, especialmente também para podermos continuar a aprofundar ou melhor, evitar prolongar este ciclo negativo em termos da democraticidade do nosso país. Gostaria de começar por uma questão bastante concreta que foi surgindo em outros fóruns políticos e nos quais eu participo, enquanto deputado municipal. Nós deputados municipais, temos a oportunidade no âmbito da Assembleia Municipal Jovem, de participar de certas sessões de esclarecimento com os jovens das escolas do município e nestas sessões ficou bem patente que muitos jovens do município estão preocupados com a questão da saúde mental e com o apoio especializado de psicólogos no sistema educativo. E esta questão também surgiu na CPCJ, onde eu sou membro recém-eleito na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Almada. Foi-nos apresentado o relatório de dois mil e vinte e dois e uma das questões que mais preocupou, todos os membros da CPCJ foi o facto desta questão da saúde mental se manifestar cada vez mais cedo, segundo os documentos que foram apresentados dos onze aos catorze anos, já são reportados bastantes problemas a este nível. E, portanto, Senhor Presidente, Senhora Vereadora, e Dr. Pedro Lara, a minha pergunta vai nesse sentido, tentar perceber de que forma é que o município, está a lidar com esta questão, porque, de facto, torna-se cada vez mais premente esta questão do acompanhamento psicológico, das equipas técnicas especializadas em algo que, de facto, tem muito a carência, não só no nosso município, mas no país inteiro. Foi-nos também apresentado número de psicólogos que estão disponíveis e de facto, não ultrapassam as oito dezenas no país inteiro e, parece-nos fundamentalmente escasso. Depois gostaria também e vou terminar a minha intervenção desta forma, não quero alongar muito mais tempo, falando um pouco das questões transversais à educação, que também não deixam de ser responsabilidade desta autarquia. Estou a falar, naturalmente, de algumas questões que também já foram mencionadas aqui com a questão dos transportes, como a questão da habitação. E também, obviamente, desta saga com os professores que temos tido no nosso país, obviamente, não é um problema de agora, todos nós sabemos disso, mas também sabemos que temos um governo com maioria absoluta, o que permite tomar decisões de uma forma mais célere, digamos assim, e também sabemos que com o pós pandemia, recebemos bastantes apoios nível da União Europeia e, portanto, a nós continua a fazer bastante confusão que continuemos a ter estas quezílias entre o Governo e a classe educativa portuguesa. Todos nós, quer dizer que vossas Excelências conhecem a posição do Bloco de Esquerda, não vou estar aqui a fazer propaganda política, mas, de facto, esta questão parece-nos também muito importante. Porque, como disse no início, tal como a questão da habitação e dos transportes é fundamental para garantir o acesso à educação dos alunos portugueses e dos estudantes portugueses nos vários níveis de educação. Esta questão dos professores também nos parece ser fundamental para garantir que temos uma educação democrática e que respeite, a nosso ver, a classe mais importante de qualquer sistema educativo que são os professores. Termina com este a parte, eu sou um produto das falhas do sistema educativo português, porque eu estive emigrado dez anos, saí de Portugal aos dezassete anos para ir para Inglaterra e fui em busca de um melhor sistema educativo. Foi mesmo esta a razão. E posso dizer que fiz a minha educação toda até ao doutoramento no estrangeiro e confesso que me sinto aliviado por tê-lo feito, porque sei que as oportunidades na minha carreira que tenho hoje, também se deveu a essa minha decisão. Foi difícil na altura. Quem já foi emigrante sabe de quão penoso é abandonar tudo e ter de começar tudo de

novo, mas, de facto, é complicado. E hoje olho para o meu percurso profissional e educativo e sinto-me aliviado. É engraçado que eu sou professor, eu às vezes pergunto-me quem é a pessoa em Portugal no seu perfeito juízo, quer ser professor neste país. Portanto, eu sou professor, estive fora e sempre quis voltar para o meu país para exercer essa função, mas de facto, pergunto-me quem está aqui e quem tem que passar por tantas dificuldades na sua vida, quem é quer ser professor no nosso país quando há tanto desrespeito, não só pelos professores, mas também por toda, a organização do nosso sistema educativo. Muito obrigado e peço desculpa, eu vou ter que me ausentar a, mas eu prometo ver as respostas do Dr. Pedro Lara da Senhora Vereadora, através da transmissão online. Muito obrigado.

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado Karim. Pergunto se há mais inscrições? Bernardo Albano da Juventude Socialista.

Bernardo Albano - JS: Boa tarde pela quinta vez, e agradecer desde já a presença da Senhora Vereadora e do Diretor de Departamento aqui na reunião. Eu queria em primeiro lugar, tocar no ponto do estado do parque escolar. Não é segredo nenhum que o parque escolar em Portugal, e acredito que Almada seja parecido como o resto do país, mas em Almada há escolas realmente um bocadinho degradadas. Lembro-me, se calhar da António Gedeão. a escola de Trafaria também e podia indicar muitas mais. Eu fui aluno da Fernão Mendes Pinto e na altura em que eu lá andei, e saí em dois mil e dezoito, a escola já estava com algumas melhorias, mas em comparação com a altura quando entrei, desde a questão do amianto, desde a questão do polidesportivo, do ginásio. Estava um bocadinho degradado. Agora, a questão e acho que devo fazer aqui uma declaração de intenção, eu acho que a transferência de competências é um benefício para o município, poderá eventualmente ser complicado e nem sequer passou um ano, desde que entrou em vigor a transferência de competências, poderá eventualmente ser complicado numa fase precoce, tomar mão de todos os assuntos e que tudo comece a correr bem. Agora, eu acho que é uma questão importante e tanto é importante que, tal como foi referido pela Senhora Vereadora, permite ter um contacto mais próximo e perceber mais facilmente quais são as verdadeiras necessidades do concelho e as verdadeiras necessidades dos alunos que habitam no concelho. Desde a questão do estado das escolas, até à questão demográfica, de haver mais alunos em certos sítios do que noutros. Agora há aqui uma questão que não se pode fugir, que é o parque escolar em Portugal está degradado, em Almada está degradado, mas não está degradado nem há quatro, nem há cinco ou seis anos. O parque escolar em Almada está degradado já há muitos anos. Isto passa por vários Governos, não só o Governo do Partido Socialista, como pelo Governo do partido social-democrata com o CDS. E eu lembro-me que na altura em que ia haver uma remodelação não só na Fernão como na Emídio e foi o governo do Partido Social Democrata que terminou com essas remodelações, tanto que só houve remodelação na Emídio Navarro. Agora é uma questão que urge tratar e que eu acho que tomando os espaços certos, a questão da transferência de competências vai ser bastante benéfica. Agora para discordar ali do meu colega de dirigente da juventude comunista, eu não vejo o porquê de a transferência de competências poder trazer mais problemas no que toca à falta de assistentes operacionais nas escolas. Tu deste na altura, o exemplo da Fernão, da questão do bar e da biblioteca, e lembro que, na minha altura também já fechava à biblioteca, o bar acho que nunca fechou. Mas eu sinceramente, acho que a transferência de competências nesse aspeto, poderá até trazer benefícios, uma vez que sendo mais próximo do concelho e estando mais no local à partida, não acredito que traga mais entraves.

Vereador Filipe Pacheco: Muito bem obrigada Bernardo. Pergunto se há mais inscrições?

João Carvalho - JCP: A questão da transferência de competências é muito simples, não tem de ficar ao critério ou dependente do financiamento que uma Câmara. No fundo, o que a transferência de competências vem colocar aos estudantes é uma Câmara com uma situação financeira estável que pode dar um conjunto de condições aos seus estudantes. Uma Câmara que não tenha essa condição financeira, não pode. Portanto, no fundo podemos ter um estudante num concelho a ter todo um conjunto de mais-valias no seu percurso escolar, em função das condições financeiras e económicas que o município em que vive tem, e outras câmaras não o têm. É função do Estado Central olhar para estas desigualdades que existem no território, as desigualdades não são só dentro do concelho de Almada, são nacionais. Cabe ao estado central olhar para estas desigualdades e fazer a redistribuição e garantir que todos têm as mesmas oportunidades, que no fundo têm um ensino universal, de qualidade, independentemente de morarem num concelho ou noutra. Por isso é que a nosso ver, a descentralização de competências na área da educação é uma política errada. Torna-se ainda mais errada quando temos este Governo atualmente, que depois de ter feito o conjunto de promessas para transferir financiamento às autarquias para que a descentralização resultasse numa melhoria das condições das escolas, rompeu com esses compromissos. Descentralização nos quadros em que está a ser feita e também de uma forma geral, não podemos concordar com ela. Obrigado

Vereadora Teodolinda: Vamos lá ver se eu consigo responder. Se alguém sentir que eu não respondi à sua questão, diga. Eu tentei tomar nota e vou tentar dividir isto de uma forma integrada. Começando pela Carina, a educação está no estado em que está, não vou entrar aqui agora nesta discussão, mas vamos ver o seguinte, hoje no município existem dois tipos de escolas: as escolas que já eram do município e as que foram transferidas para o município. E nós sabemos que o Parque Escolar têm muitas deficiências. E nós na transferência de competências, não somos responsáveis, não está no âmbito da transferência de competências, fazer obras estruturais. As obras estruturais das escolas do segundo ciclo e do ensino secundário continuam a ser da responsabilidade do Ministério da Educação. De acordo com aquilo que o João Carvalho disse, há ali uma lista de oito escolas no concelho de Almada que estão elencadas pelo próprio Ministério da Educação, no âmbito da transferência de competências, que são as obras nas escolas prioritárias para intervenção. Qual é o nosso papel? Há uma comissão de acompanhamento, que é integrada por mim, pelo Dr. Pedro Lara, e o nosso papel, que já temos propostas para isso, é exatamente pressionar que se façam aquelas, que até já, temos ali discussão no sentido de ver se alguma daquelas que ali estão é mais prioritário, na relação entre umas e outras, ou se há ali alguma que até pode ser mais prioritária. É evidente que a escola da Trafaria que é considerada a pior do país e que não tem qualquer possibilidade, achamos nós da qualificação, não se vai requalificar um pré-fabricado pesado, que é o que aquilo é, e, portanto, não tem, com todo o dinheiro que se possa gastar numa requalificação, com aquilo que ali está é dinheiro deitado à rua. Nunca terá condições, com certeza que conhecem a escola por dentro, portanto, estamos em conversa e em diálogo com o Ministério da Educação, no sentido de equacionar outras soluções.

Carina Ferreira - JSD: Senhora Vice-Presidente, não sei se me permite apenas uma questão? Muito rapidamente, só para perguntar se essa solução passa eventualmente por uma nova escola naquela localidade?

Vereadora Teodolinda: Por isso, nós temos a carta educativa em construção. A carta educativa vai nos dar dados exatamente para essas opções. Claro que a Trafaria precisa de uma escola, tem lá

muitos alunos, portanto, essa questão não se coloca na nossa visão. E a montante daquilo que são os resultados, a carta educativa, mas a carta educativa vai-nos ajudar a gerir exatamente isso. A Trafaria está no conjunto de escolas que irão ser prioritárias, é uma das que está para a requalificação, uma coisa é a requalificação que nós temos e as reuniões que temos tido. O Dr. Pedro Lara depois pode elencar, porque ele é que tem estado mais nas reuniões técnicas do que eu. Eu estou na comissão de acompanhamento. A nossa ideia é que aquilo não pode ser qualificado. Pode a António Gedeão, em que é substituir uma zonas que há de pré-fabricados e intervir no resto do corpo da escola, como é a António da Costa e a Alembrança, que são escolas onde é possível fazer uma requalificação, e é diferente dessa. Essas obras serão um bocadinho difícil. Mas isto só para dizer que essas obras não vieram para o município com a transferência de competências. O nosso papel aqui é, tendo em conta a situação de cada uma delas, pressionar as obras e a prioridade que lhe foi dada seja efetivamente cumprida. Aqui relativamente às escolas da Parque Escolar que não são da nossa responsabilidade, os assistentes operacionais de todas elas são nossa responsabilidade. E aqui ia já gerir uma resposta que vem em seguida, e depois também poderia dar ao Dr. Pedro Lara que também está mais no terreno que eu, dizer o seguinte, nós desde que as escolas transitaram para nós, ou melhor que os recursos humanos das escolas transitaram para nós, desde abril, já colocamos nas escolas mais de cem trabalhadores, para além dos que lá estão. Aquilo que acontecia era que os trabalhadores que estavam nas escolas não cumpriam os rácios que estão previstos para as escolas e nós a primeira coisa que fizemos, e os diretores das escolas que conhecem isto, é que nós colocamos mais de cem trabalhadores. Transitaram oitocentos e trinta e já lá temos novecentos e cinquenta ou novecentos e sessenta, mas a ordem de grandeza é esta e cumprimos todos os rácios que as escolas tinham. Isto é ao que tinham direito. As escolas têm direito a um rácio de assistentes operacionais, conforme tem um pavilhão, dois pavilhões, se têm ginásio, se têm biblioteca, tudo isto é uma fórmula que determina que naquela escola há quarenta operacionais. E a verdade é que não havia em muitas das escolas e nós cientes disso, no final do ano letivo, resolvemos três ou quatro questões muito prementes que nos surgiram logo em maio, a seguir à transferência resolvemos essas, tivemos que abrir como devem imaginar concurso para recrutar assistentes operacionais, porque os que tínhamos na lista de graduação, a lista esgotou-se, logo com as primeiras medidas que tomamos, abrimos um concurso que já está com a lista quase esgotada outra vez e colocamos nas escolas o rácio e temos mantido. E esta é a vantagem que eu encontro na transferência de competências, é a proximidade que nós conseguimos manter com as escolas. Nós temos reuniões com as direções das escolas, quase todos os meses, este mês já mais de uma sobre várias matérias, portanto, esta proximidade leva-nos a perceber e a saber quais são as questões mais prementes e sabemos que pessoal não docente das escolas é uma situação que sempre foi muito complicada e temos essa sensibilidade. A primeira coisa que fizemos foi colocar todos os trabalhadores que o rácio previa e fizemos mais, não tínhamos na câmara, porque o quadro da Câmara, é um quadro que não está ajustado às escolas, como é evidente. E, portanto, não tínhamos aquilo que tinha necessidade de existir, que era substituições. A escola pode ter quarenta assistentes operacionais, mas pode ter dez de baixa prolongada, se tiver três ou quatro dias assim, é uma coisa e, portanto, nós tivemos que abrir um concurso, porque eu não posso colocar numa baixa que depois acaba e tem que retornar uma pessoa que concorre para ser colocada num concurso estável, de tempo indeterminado. Tivemos que abrir um concurso direcionado a substituições, para podermos responder às escolas nas situações que a escola tinha lá os funcionários, mas eles estavam de baixa prolongada e não estavam lá. E nós temos uma lista pronta para fazer essas substituições, portanto, não temos dúvidas, eu não tenho dúvidas que conheço bem as escolas todas

do concelho, que houve um salto qualitativo nesta matéria. Não tenho sobre isto que é fruto da proximidade e do conhecimento das situações. Depois está aqui uma questão que tem a ver com os professores que estiveram no Município. Os professores já estiveram no Município duas vezes. E a primeira vez foi a própria Senhora Presidente que os recebeu. Da segunda vez que nos avisaram que iam lá, nem eu nem a Presidente cá estávamos, mas tivemos o cuidado de pedir ao Chefe de Gabinete e ao Dr. Pedro Lara que estivessem lá para receberem os professores e dizer-lhes a mensagem que sempre lhes damos quando falamos que é, nós não nos envolvemos neste momento, a luta dos professores não é connosco, não tem a ver connosco, nem sequer a dos assistentes operacionais, porque o vencimento dos assistentes operacionais é definido não por nós, mas pela administração pública, portanto, eu não tenho qualquer interferência na composição do vencimento dos assistentes operacionais, isso é administração pública, eu apenas lhes pago. E dizer-lhe que como percebemos toda a sua insatisfação, as questões deles não são colocadas a nós e pela primeira vez clarificamos uma coisa que me parece muito importante, que foi aquilo que eles nos diziam, que eram contra a municipalização da educação. O que aconteceu da segunda vez é que os professores chegaram e estavam cá em baixo e estava o Chefe de Gabinete e o Dr. Pedro Lara, para os mandar subir e sem percebermos porquê, não pediram a ninguém para subir, quando demos por nós, já lá não estavam. Quando perguntei se tinha corrido bem, disseram-me que não, porque as pessoas foram-se embora, não pediram para ser recebidos. Isto eu gostava de deixar claro, porque a minha condição de professora obriga-me a dar esta explicação, porque nunca seria capaz de ter professores ou qualquer outro trabalhador que me pedisse para ser recebido e que o tivesse recusado. Eu sempre que trabalhadores me pedem para ser recebidos, eu recebo e ali também teria acontecido. Outra questão, que está foi colocada, claro que o município, tem todas as responsabilidades de procurar as melhores condições de vida para os seus munícipes. Tem responsabilidades, pode é não ter condições para responder a essas questões. Muitas das questões, e que todos sabemos que estão em cima da mesa, não estão na mão do município a sua resolução, agora a interpelação ao Governo fazemos e muito essencialmente no âmbito da educação, não deixamos nada por escrever, não deixámos nada por debater, pedimos as comissões de acompanhamento, também ainda não temos um tempo tão grande assim de transferência para podermos começar a dizer que ninguém fez. Eu esqueci-me de dizer uma coisa, as competências que vieram para o município no âmbito das transferências de competências, algumas delas o município transferiu-as para os diretores, já o ministério, muita delas as transferia para os diretores. É evidente que o município não quer gerir as escolas e, portanto, delegou nos diretores a gestão de todo o edificado dos estabelecimentos, no sentido de gestão corrente, a gestão da abertura de encerramento das escolas, tudo isso é da responsabilidade dos diretores através de um protocolo que foi aprovada em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, numa perspetiva de agilizar procedimentos, a CMA delegou nos senhores diretores. Também no âmbito das pequenas obras, não obras estruturais, a competência e a verba foi transferida para as escolas. Esta competência de gestão das pequenas coisas, das pequenas obras também está delegada nas escolas com a respetiva verba. Houve outra questão que foi colocada aqui que tem a ver com as verbas, esta última questão que colocou de um município com menos posses, ter uma resposta diferente. O Dr. Pedro Lara, tem a incumbência de todos os meses ver se o duodécimo que chegou dá para pagar aquilo tudo de que nós temos para pagar. Foi o IGF que, através de rubricas próprias, nos transferiu a verba para pagar aos funcionários, para as obras das escolas, obras pequenas, gestão corrente, transporte. Houve uma questão dos transportes que eu não percebi, se tinha a ver com transporte geral ou com transporte adaptado, porque o transporte adaptado era também da responsabilidade do Ministério

Educação e a verba vem para nós, e ele está a ocorrer no terreno, quer dizer o município mais pequeno recebe menos, mas também gasta menos, tem dois ou três agrupamentos, nós temos quinze. Depois pode a partir daquilo que é o normal funcionamento das escolas, pode haver algum *upgrade* para além daquilo que são as verbas que o Ministério transfere, mas para aquilo que era a situação existente, nós recebemos as verbas completas. Como nos foi transferido o dinheiro relativamente às atividades de enriquecimento curricular, somos nós agora que protocolamos isso e temos o dinheiro, portanto, aí não vejo que isso determine uma grande diferença. Porque cada município recebe aquilo que recebia, podem-me dizer, mas devia receber mais, mas era o que recebia, recebe relativamente àquilo que são as suas necessidades do município. E relativamente à promessa do Governo, aquilo que eu ouvi e penso que pode estar aqui a baralhar um pouquinho esta ideia, é na educação, a única questão que se colocou foi a verba com as obras de pequena dimensão e que o governo aumento, isto é, havia ali uma primeira proposta em que a verba para as pequenas obras era menor, e que, através de um acordo com a Associação Nacional de Municípios aumentou, tendo em conta a antiguidade da escola, com critérios que são racionais, uma escola mais antiga gera mais despesa. Houve questões dessas que também já foram em parte resolvidas com a transferência de educação. Na saúde que ainda não está concretizada e aí é que houve uma grande discussão de que as verbas que estavam em propostas não chegariam e pronto, ainda estamos nessa discussão e dos autos de transferência de verba. Vamos receber transferência de competências no âmbito da saúde e vamos receber transferência de competências no âmbito da ação social, mas ainda não temos. A única que efetivamente temos concretizada é da educação. E nessa matéria, eu posso dizer, eu gostava de ter mais, mas não posso dizer que o Ministério objetivamente não transferiu o dinheiro para as verbas. Os funcionários que nós colocamos nas escolas em cumprimento do rácio, vão ser incluído no balanço e vão ser pagos pelo Ministério da Educação, não por nós, porque eles estão a cumprir a portaria que existe do rácio. Se eu puser mais para além desses, então a responsabilidade é da CMA, mas dentro do rácio que a portaria prevê, o Ministério pagará. Portanto, não temos tido neste encontro de contas, problemas que nos digam que não estamos a ser "ressarcidos", pelo contrário. Estou apenas a dizer que não há de facto esse défice. Saúde mental é uma preocupação nossa desde 2017. Durante o mandato de 2017/2021 nós, em articulação com os parceiros na comunidade que atua na área da saúde, procurámos encontrar respostas que, de facto, as que existiam eram muito frágeis a nível da saúde, para as questões da saúde mental e durante os quatro anos, para além de cedermos três lojas do Hospital Garcia da Orta para fazer um hospital de dia psiquiátrico, permitindo que as consultas de psiquiatria não se faça no hospital, porque são estigmatizante, portanto, possam ser feitas numa num local diferente do hospital. Criámos uma residência de suporte à autonomia, também para pessoas que já estão numa fase em que não precisam de estar internadas, com questões de doença mental, mas tem que estar acompanhadas. E temos um projeto no âmbito do serviço de apoio domiciliário, no âmbito também da saúde mental que é o "Projeto Cuidando" que faz apoio domiciliário a pessoas também com patologias nesta área. Nas escolas, nós temos a noção exata que a pandemia aprofundou questões da saúde mental. Temos já em desenvolvimento, já houve três reuniões nesse sentido com os responsáveis das escolas, pela saúde. Cada escola tem um o professor responsável pelo projeto saúde, já reunimos com eles duas vezes e vamos criar, tem que ser aprovada em câmara, um apoio psicoterapêutico para que as escolas, sabemos que há dificuldade de psicólogos, que não são da nossa responsabilidade colocar, são técnico superior, sabemos que em muitas escolas há dificuldade e, portanto, vamos criar aqui um apoio psicológico para permitir que os miúdos possam encontrar ou suprir, digamos assim, a dificuldade de ter um psicólogo na escola e que tem que ser um psicólogo

clínico da maior parte dos casos, e que possa, ser gerido e que possam ter esse apoio. Está em plena concretização. Eu fui só à primeira reunião, mas já sei que houve outras e já tenho uma proposta para debater, para ir a reunião de câmara, este projeto que também já aqui articulamos com o ACES Almada Seixal e com o Hospital Garcia da Orta, porque são parceiros fundamentais nestas questões da saúde. Aquelas questões mais transversais de transportes e habitação, nós sabemos que são, eu diria que a habitação é o primeiro direito, que sucede todos os outros, é condição de qualquer direito de cidadania, todos sabemos que temos um problema gravíssimo, não é só em Almada, mas em Almada, muito especificamente que, para além das questões que se colocaram nos dois últimos anos de agravamento das rendas de casa, da dificuldade habitação, tínhamos e temos ainda uma quantidade de pessoas a viver em condições que não são dignas de habitação e de encontrar respostas, estou a falar do Segundo Torrão e das Terras da Costa, e que torna ainda mais difícil a situação, que entretanto se agudizou com todas as dificuldade nos dois últimos anos, piorou, situações que já vinham de trás. Temos em termos de orçamento um apoio, mas o senhor vereador depois falará nisso. A nível dos transportes, eu não percebi muito bem qual era a questão. Na vertente escolas, dizer que mesmo no realojamento que foi feito nós garantimos sempre as escolas aos miúdos que foram deslocados do Segundo Torrão, foi a Educação que procurou vagas nas escolas a tempo inteiro, porque as famílias que estavam em Lisboa, não podiam ir buscar os alunos à escola e não estavam na escola tempo inteiro, e portanto, garantimos sempre a escola, garantimos o prolongamento. Tivemos que aprovar em reunião de Câmara uma adenda aos protocolos que tínhamos com as escolas para incluir mais os miúdos que não estavam previstos, como é evidente no início do ano letivo do segundo Torrão. Neste momento, tivemos sempre um autocarro disponível para os transportar para a escola, para os levar a Lisboa, dentro do que foi a destabilização, procuramos dar a maior estabilidade possível. Neste momento não se justifica, porque estão realojados em casas.

Dr. Pedro Lara - Departamento de Educação: Só acrescentar que no caso das famílias realojadas fora, agimos para garantir a colocação dos alunos nas escolas próximas da morada de realojamento. Ou seja, articulamos com o Ministério da Educação para garantir vaga para essas crianças nas escolas da nova habitação.

Vereadora Teodolinda: Amianto nas escolas já não temos nenhum, já o tiramos todo. Foi durante o ano passado que se fez essa alteração de todo o amianto das escolas, foi um processo complicado, caro e complicado, mas, felizmente, terminou, não temos qualquer tipo de amianto nas escolas. Depois alguém disse, que a transferência de competências era um benefício para o município. Não é um benefício para o município, a transferência de competências terá que ser um benefício para os municípios. Para o município significa mais trabalho, como devem imaginar, eventualmente aqui e ali se quisermos optar por mais despesa e, portanto, será um benefício, tenho esta ideia até prova em contrário, que a proximidade é um bem e que permite perceber as coisas que a distância não permitia e, portanto, ela deve ser um bem para os alunos. E tudo aquilo que nós fizemos durante o processo de transferência de competências e toda a ligação que mantivemos com as escolas, teve sempre um objetivo claro. Estávamos no meio de um ano letivo e a coisa mais importante das escolas é a aprendizagem dos alunos, não é a transferência de competências. E, portanto, tudo aquilo que fizemos, e houve necessidade de mudar práticas, de mudar software, nós fizemo-lo sempre em articulação com as direções das escolas, no sentido de não haver constrangimentos, que não causar constrangimentos aquilo que é o papel fundamental da escola, que é a organização das aprendizagens dos alunos. Nessa matéria, temos a noção de que procuramos reduzir ao mínimo daquilo que pudesse

ser conflito e resolver algumas situações, que resolvemos, que eram constrangimentos e que passaram a deixar de ser. Temos o problema da reabilitação do parque escolar, que não sendo diretamente um problema nosso, é um problema que nós temos, que as escolas estão do concelho, os alunos que lá andam são do concelho e nós vamos ter aqui uma atitude muito permanente de consumição, deixei passar o termo, de consumir o Ministério da Educação naquilo que são as suas responsabilidades no sentido de efetivamente resolver algumas situações que são de absoluto constrangimento em termos de parque escolar que temos, temos essa noção. Passaria ao Dr. Pedro Lara.

Dr. Pedro Lara - Departamento de Educação: Todo o trabalho que estamos a fazer, é feito em articulação estreita com os diretores dos agrupamentos. Quando disse que escolhemos o dia 2 de fevereiro, para fazer a mudança de uma plataforma para outra, tem uma explicação. Dia 2 era uma sexta-feira, porque era exatamente para fazer a passagem de uma para a outra, aproveitando o final de semestre, porque as escolas estão organizadas em Almada por semestres e, portanto, criar ali um hiato no quotidiano, saíram com uma plataforma no dia 2, quando regressaram, estava em função a nova plataforma, fazendo isto com o menor prejuízo possível para a vida das famílias. Segunda nota que eu penso que nos ia escapar aqui, e eu penso que é importante são as obras na Carlos Gargaté. O que significa que, em setembro de 2023 vai iniciar-se o ensino secundário na Carlos Gargaté. As obras têm neste momento prazo para a sua conclusão em março. Significa que depois serão equipadas e no próximo ano letivo, no primeiro dia, haverá já ensino secundário na Charneca. Eu penso que isto era é importante dizer. Dizer duas coisas sobre a tal lista de obras do Ministério da Educação. Nós estamos em permanente contacto com o Ministério da Educação. Nós estabelecemos dentro das prioridades, das urgências, máxima urgência de intervenção em duas escolas, que são a Trafaria e António Gedeão. Portanto, dentro daquilo que está definido, iremos dar máximo de prioridade nestas duas escolas nas condições que a Senhora Vereadora referiu.

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado, eu não sei se há mais questões a colocar. Não havendo, eu respondo telegraficamente só aqui duas questões: uma ao Karim Quintino. Eu acho que ele ter conseguido entrar numa universidade estrangeira é um bom exemplo de funcionamento ou do nível de qualidade do nosso sistema de ensino. Aliás, eu também sou produto da escola pública desde a primeira classe até à universidade e acho que temos globalmente até um bom sistema de ensino. Depois a pergunta concreta do Segundo Torrão que foi feita, eu acho que já foi respondida. Houve transporte escolar sempre garantido a todas as pessoas que estavam temporariamente realojadas nas unidades hoteleiras e, portanto, já não há nenhuma pessoa nestas unidades hoteleiras, já estão totalmente realojadas. Estamos a falar de mais de 150 pessoas com muitas crianças envolvidas, portanto, todas essas pessoas, apesar de um período transitório de não normalidade, neste momento, voltaram a normalidade nos sítios onde estão a viver e a mudança do estabelecimento foi devidamente comunicada em todos os casos. Só dizer uma coisa, porque alguém falou sobre a necessidade de redução das desigualdades entre os vários alunos. Eu acho que esse é o grande desafio e nós na autarquia temos aqui projetos para o fazer. E dou a título de um exemplo, um projeto que vamos lançar, é entre duas áreas entre a educação e uma das áreas que eu também tenho que é do desporto, que tencionamos lançar no início do próximo ano letivo, mais dirigido ao primeiro ciclo do ensino básico, que é um projeto de todos os alunos até ao final do primeiro ciclo saberem andar de bicicleta. Nós achamos que isso é um objetivo que deve ser comum a todos os estudantes de primeiro ciclo. É aquela ideia de não basta termos ciclovias em meio urbano, precisamos de garantir que todos

os alunos, independentemente da sua condição, do meio social de onde vêm, sabem andar de bicicleta e os que já sabem melhoram. Vamos ter esse programa alargado a todas as escolas de primeiro ciclo. Posto isto, e não existindo mais questões, eu acho que encerrávamos este ponto. agradecer naturalmente aqui a presença da nossa vice-presidente e do nosso diretor de departamento. Pronto, está obviamente desculpada e o resto da ausência justificada.

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado pela presença da Sra. Vereadora e do Sr. Diretor de Departamento de Educação que ficou devidamente registada, para memória futura de todos nós. Antes de vos passar a palavra, eu vou tentar ser o mais telegráfico possível quatro informações: uma delas diz respeito às calendarizações das sessões deste Conselho Municipal de Juventude. Aquilo que eu propunha eram três reuniões ordinárias, uma a ser agendada entre os meses de abril e maio para apreciação do relatório de contas e gerência do município. Fazer aqui uma nota, portanto, exceto se algum de vós dos conselheiros propuser o contrário, nós no ano passado, marcámos as datas concretas de cada uma das reuniões. Nós aqui estamos a pensar indicar apenas aquela que é previsibilidade de marcação da altura de reuniões e não marcar já uma data concreta apenas por uma questão, por exemplo, decorre da lei, o Conselho Municipal de Juventude ter de reunir, por exemplo, no final do ano, para apreciação do plano anual de atividades e orçamento da Câmara Municipal na área da juventude, assim e não havendo uma data específica que nós possamos prever de quando é que vamos ter plano de atividades e orçamento e, só faz sentido marcar a reunião de CMJ para discutir este documento quando existir plano de atividades e orçamento e, portanto, a esta distância é impossível já marcar. Se não houver nada contra aquilo que nós sugeríamos, a realização da próxima reunião ordinária entre os meses de abril e maio para apreciação do relatório e contas e gerência do município. Depois uma 8ª reunião ordinária durante o mês de setembro e uma 9ª reunião ordinária entre os meses de novembro ou dezembro para apreciação do Plano Anual de Atividades e Orçamento.

Não havendo nada a opor, eu passava ao próximo ponto, que é relativa ao Março à Solta, que é o mês da juventude, e que vai-se realizar entre o dia três de março e dois de abril, tem um conjunto de atividades que serão gratuitas para todas e todos os interessados. Foi um programa que também foi construído e teve como vocês sabem, uma comissão de acompanhamento da construção do programa de Março à Solta que saiu deste Conselho Municipal de Juventude. Houve várias reuniões deste grupo de acompanhamento. Eu sei que, pelo menos uma das atividades que é o Art Competition no Porto Brandão resultou destas reuniões, que é uma competição de arte no Porto Brandão, que vai contar com uma conversa entre artistas de Street Art e vários jovens, com um workshop de artes, a inauguração da obra do Bordalo que é aquele caranguejo que está ali no Porto Brandão. Mas tem um conjunto de outras atividades que foram construídas, temos aqui alguns exemplos: o Festival Termómetro, Almada Skate Fest com uma nova edição, também sessões de conversa sobre saúde mental, um conjunto de atividades que acho que foram distribuídas e divulgadas por todos. Eu peço que se houver algum contributo, para além daquele que foi feito pela comissão de acompanhamento, o façam aqui também nesta reunião.

Depois um terceiro e penúltimo ponto que tem a ver com a Assembleia Municipal Jovem. Nós este ano vamos realizar a 3ª edição da Assembleia Municipal jovem, sobre o tema “A participação democrática dos jovens”, tendo sido realizadas 8 sessões de esclarecimento com a presença de deputados municipais, portanto, os estabelecimentos de ensino foram: a António Gedeão, a Francisco

Simões, a Escola do Monte da Caparica, a Professor Ruy Luís Gomes, Romeu Correia, o Colégio Campo de Flores, Secundária de Cacilhas-Tejo e a Fernão Mendes Pinto. O processo de eleição terminou a 15 de fevereiro. Hoje, 17 de fevereiro, é a data limite do envio por parte das escolas da relação dos deputados municipais jovens eleitos e, portanto, aquilo que nós esperamos é contar com 32 deputados municipais jovens eleitos representantes destas oito escolas, acho que será sem sombra de dúvida, esta 3ª sessão mais participada de todas elas. A sessão plenária desta 3ª edição da Assembleia Municipal Jovem vai realizar-se no próximo dia 23 de março às 18 horas na sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia para o qual estão, obviamente, todos convidados a assistir e vai obviamente estar integrada na programação do Março à Solta. Lembrar aqui também que na sessão de Assembleia Municipal de Almada, no próximo dia 22 de fevereiro, às 21h15 também na Pablo Neruda, no Fórum Romeu Correia, a porta-voz da 2ª edição, da edição do ano passado da Assembleia Municipal Jovem vai estar presente para publicamente apresentar as recomendações, momento que já deveria ter acontecido em 2022, mas houve um desencontro de datas, entre aquilo que era as reuniões da Assembleia Municipal e também a possibilidade da porta-voz está presente e, portanto, vai lá estar apresentar as recomendações que a Assembleia Municipal Jovem da edição passada.

Deixamos também a informação que há uma área da Assembleia Municipal Jovem de Almada no site da CMA que foi organizada e atualizada com toda a informação. É uma forma de dar visibilidade às escolas e às questões que foram realizadas nesta 3ª edição da Assembleia Municipal Jovem.

Por último, dar-vos uma informação sobre o Orçamento Participativo Jovem, portanto, o regulamento do Orçamento Participativo Jovem já foi aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, estamos apenas a aguardar a sua publicação em Diário da República e esperamos isto para depois podermos lançar a 3ª edição do Orçamento Participativo Jovem e que, obviamente, divulgaremos informação por todos vocês. Eram estas as informações que eu tinha agora passas a palavra, obviamente, para dúvidas, comentários, sugestões, informações do vosso lado estejam à vontade.

Carina Ferreira - JSD: Não querendo tomar muito mais tempo, tenho apenas duas breves questões. A primeira aqui na sequência de ata que foi hoje aprovada, em que a Patrícia Gil da LifeShaker, questionou sobre a possibilidade de ter acesso ao orçamento mais detalhado e foi referido que os documentos são públicos e, por isso, podem ter acesso. Eu queria perguntar públicos onde? Porque quer o orçamento, quer as grandes opções do plano para 2023 não estão disponíveis pelo menos online, apenas os documentos de 2022 que estão disponíveis online, mas dão sempre um erro. Eu achei que era um erro no meu computador, mas já tentei com várias pessoas e dá sempre erro, ou seja, neste momento, nós não conseguimos ter acesso, nem pelo menos online ao orçamento 2022 e 2023. Não sei se pode ser feita alguma coisa, mas acredito que sim. E a minha segunda questão vai quanto ao evento Março à Solta, porque será um grande evento ligado à juventude, se foi acautelada, a participação ou o desenvolvimento da política jovem, ou seja, se de alguma forma, as várias forças políticas jovens, independentemente de quais são, se vão ter algum momento neste evento através de debates, de uma feira. Eu penso que o programa ainda não está disponível. E se está algum momento destes previsto e não estando se se é possível isso acontecer?

Vereador Filipe Pacheco: Muito obrigado Carina. Não sei se há mais dúvidas.

João Carvalho - JCP: É só uma questão, sobre esta questão da terceira edição da Assembleia Municipal Jovem, quais foram os meios da Câmara para a divulgação da sua realização, ou seja, houve as sessões

com os deputados municipais, que não abrangeram todas as escolas, e era para perceber que esforços é que foram mobilizados para que os jovens do concelho soubessem da sua realização.

Vereador Filipe Pacheco: Respondo já estas duas questões, primeiro Carina a informação que eu tenho é que as grandes opções do plano, seja orçamento, portanto, estão disponíveis no site da Câmara, há uma área no site que tem lá a toda essa documentação, com separador próprio, se não está, veremos o que é que se passa. Nós podemos fazer o seguinte há um compromisso, desde logo, de enviar toda essa documentação e a Divisão de Juventude enviará para todos os conselheiros seja as grandes opções do plano, seja orçamento de 2022 de 2023, são esses que foram referidos e que, aliás, é distribuído a todos os partidos políticos que estão em Assembleia Municipal. Mas obviamente que esses documentos são públicos para consulta de qualquer cidadão e, portanto, têm de estar disponíveis, se por acaso há um problema com algum link, temos que ver o que é que se passa, pode ser uma questão meramente técnica, mas veremos se assim é. Sobre a questão de uma atividade mais relacionada com política jovem no Março à Solta, que eu saiba, não me lembro agora do que é a proposta de programa, mas eu acho que não tem nenhuma, mas penso que ainda vamos a tempo de poder integrá-la, se vocês tiverem alguma sugestão. Temos uma sessão da Assembleia Municipal Jovem, que eu diria que é uma grande atividade política jovem em que temos os deputados municipais jovens eleitos numa sessão. E também acho que os momentos, por exemplo, estas reuniões são atividades por excelência de política jovem no município. Estamos aqui hoje a debater e a falar sobre um assunto muito importante que é o da educação no nosso concelho, mas estamos sempre abertos a fazermos, se calhar, uma atividade, ou por exemplo, um debate entre as juventudes partidárias ou entre movimentos cívicos. Só há aqui um problema de ordem prática que é todas estas atividades pressupõe uma dimensão, um orçamento, planeamento, programação, trabalho aqui profundo das técnicas de Divisão de Juventude e, portanto, se houver alguma sugestão, peço que façam agora durante este concelho ou até mesmo no final, para que possamos integrá-la no plano. Tem que estar já fechado muito brevemente. Faltava uma última questão do João sobre as sessões do da Assembleia Municipal Jovem, no início do ano letivo, houve até uma reunião entre a nossa vice-presidente que aqui estava e todos os diretores de escola e nós tivemos o cuidado, neste caso, de uma pessoa do meu gabinete e também a Chefe Divisão de Juventude, de ir a essa primeira reunião com todos os diretores de escola, apresentar o programa da Assembleia Municipal Jovem, isto porque o que a Assembleia Municipal Jovem pressupõe não é um programa em que o jovem participe só por livre e espontânea vontade, pressupõe aqui, um pacote de ações, desde logo a escola aceitar receber este programa, aceitar receber as sessões de divulgação com presença dos deputados municipais jovens e que muitas vezes implica interromper ou utilizar parte do período letivo. Pressupõe também a aceitação das direções de escola, dos professores e depois uma coisa muito importante, que é a própria escola, permitir a condução do processo eleitoral de escolha dos deputados municipais jovens que depois vão representar a escola nesta sessão, ou seja, a escola tem de acordar com todo este processo. E uma das coisas que nós até dissemos, não faz sentido, por exemplo, termos uma sessão de divulgação da Assembleia Municipal Jovem na escola e depois a escola não se comprometer a fazer o processo eleitoral, porque isto quase que vai contra a expectativa depois dos estudantes. Esta edição da Assembleia Municipal Jovem foi de longe a edição mais participada, o ano passado conseguimos fazer a primeira edição presencial da Assembleia Municipal jovem com 2 escolas apenas presentes, foi uma sessão muito interessante, muito rica, seja ao nível de participação, seja ao nível de contributos, mas não foi o melhor ao nível de presença. Esta já contará com 8 escolas e com previsivelmente 32

deputados municipais eleitos. Aquilo que nós queremos ainda é ter todas as escolas do concelho a participar. Mas já fizemos aqui uma evolução muito importante, mas pressupõe que ao apresentarmos a ideia a todas as direções de escola haja viabilidade ou interesse, e acredito que para o ano certamente vão participar mais escolas, quando perceberem a dinâmica e o número de escolas que já está a participar neste projeto.

Nada havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei, por Cátia Godoroja e Rodrigo Andrade na qualidade de Secretários da Conselho Municipal da Juventude de Almada e pelo Presidente da Mesa do Conselho Municipal de Juventude.

O Presidente:

Filipe Pacheco

O secretário:
Rodrigo Andrade

A secretária
Cátia Godoroja

Almada, 17 de fevereiro de 2023